

TELEJORNALISMO E YOUTUBE: ESPAÇOS DE SENTIDOS NO JOGO ENTRE ORALIDADE E ESCRITA

Divino Alex Rocha de Deus*

Maraline Aparecida Soares**

Silvia Regina Nunes***

Resumo:

Busca-se discutir neste trabalho o funcionamento da língua(gem) na mídia eletrônica para dar visibilidade ao jogo entre oralidade e escrita nos dizeres em circulação. Para tanto, apresentam-se, as relações entre imagem, som e o modo de inscrição do corpo, que de forma imbricada com o discurso da escrita e da oralidade constituem efeitos de sentidos para e por sujeitos. O material recortado para nossa análise é um vídeo intitulado “Óleo vaza na bacia”, publicado no YouTube em 2011, pelo canal “Keké isso na TV”. Propõe-se pensar, discursivamente, o modo como se desconstrói o ritual do discurso jornalístico construído a partir do discurso da escrita e o modo como o vídeo irrompe, desconstruindo esse lugar, ao esboçar o ritual discursivo estereotipado e naturalizado como discurso oral.

Palavras-chave: Sujeito; Memória jornalística; Discurso; Oralidade; Escrita.

Abstract:

This work aims to discuss the functioning of the language in the electronic media to give visibility to the game between orality and writing in the sayings in circulation. For this, the relations between image, sound and the way of the body's inscription are presented, which in an imbricated way with the writing discourse and orality discourse constitute effects of meanings for and by subjects. The chosen material for our analysis is a video titled "Óleo vaza na basca", published on YouTube in 2011, by the channel "Keké isso na TV". It is proposed to think in a discursive direction about the way how is deconstructed the ritual of journalistic discourse made from the writing discourse and the way in which video breaches, deconstructing this place, it outlined the naturalized and stereotyped discursive ritual as oral discourse.

Keywords: Subject; Journalistic memory; Discourse; Orality; Writing.

* Mestre em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Professor do ensino superior e da rede Estadual. Contato: alexalex1000@gmail.com.

** Graduada em Letras - Português/Inglês pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) pela UNEMAT. Contato: maralinesoares@hotmail.com.

*** Doutora em Linguística pela Universidade de Campinas – UNICAMP. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística, Mestrado e Doutorado da Universidade do Estado de Mato Grosso. Contato: silvianunes@unemat.br.

Introdução

A pesquisa apresentada neste artigo começou a ser desenvolvida no 5º semestre da graduação, ocasião em que o vídeo¹ passou a circular e produzir o humor entre os colegas da academia e outros grupos sociais. Desde então surgiu a inquietação em compreender o que exatamente provocava o riso. Para tanto, os estudos foram ampliados no trabalho de conclusão de curso, mas para nossa discussão, trazemos apenas um recorte que foca, especificamente, na questão da linguagem usada no vídeo, pois ela joga com a memória de língua jornalística e, sem se dar conta de já estar afetado pelo ritual de linguagem do telejornal da rede globo, o sujeito sorri diante do vídeo.

A reflexão que desenvolvemos se filia à Análise de Discurso (Pêcheux 1969, na França; Orlandi 1996 no Brasil), um campo de estudos sustentado no tripé Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise, uma teoria de entremeio, em que o fundador Michel Pêcheux “levanta questões para a linguística, interrogando-a pela historicidade que ela exclui e, do mesmo modo, interroga as Ciências Sociais quanto à transparência da linguagem sobre a qual eles se sustentam”. [...] (ORLANDI, 2009. p.10).

Além do material que recortamos para análise, houve a necessidade de trazer à discussão outro espaço de circulação do dizer que tem relação com o vídeo analisado, o Plantão da Globo. Sendo assim, problematizamos: *de que modo este vídeo joga com a memória discursiva do telejornal da rede Globo, mais especificamente com o Plantão da Globo?* Para contextualizar, vale ressaltar que ao longo do texto, quando utilizarmos o termo vídeo, estamos nos referindo ao material do YouTube “óleo vaza da bacia” apresentado por Dona Irene, porém, o material “original” da Rede Globo, chamaremos de Plantão.

São dois espaços de dizer projetados para a circulação, cada um com um imaginário de interlocutor: sujeito internauta e sujeito telespectador, o que direciona para um ritual de linguagem próprio de cada espaço, mas os dois têm o mesmo objetivo, atingir o maior número de público, no caso específico do vídeo analisado pelo humor e do Plantão pelo ritual formal (oralização da escrita e postura determinada para o corpo).

¹ O vídeo analisado “Óleo vaza da bacia” está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4iZsDKhSp9I>.

1. Princípios teóricos e procedimentos analíticos

No espaço da oralidade, o sujeito para (se) significar se vale da linguagem gestual, não fica pensando e/ou reformulando. A fala é espontânea e é marcada por diferenças regionais e culturais, diferentemente do ritual da escrita, que busca homogeneizar a língua de uma nação, constituindo assim uma divisão no campo da linguagem entre o espaço da escrita e o espaço da oralidade.

A escrita é um instrumento que (re) significa ao longo do tempo sistematizando a linguagem, pois dispõe de técnicas que deslocam o lugar da oralidade que é o espaço das manifestações linguageiras fluidas. A escrita traça parâmetros formais que são postos como normas para o sujeito se significar. E o discurso jornalístico se constitui a partir desses parâmetros da escrita, se valendo até da utilização do *teleprompter*, um aparelho que auxilia o jornalista a ler o texto escrito (a notícia) de forma oral, e, assim, projeta a notícia como produto, apagando o gesto de interpretação.

A língua escrita é vista como o espaço da legitimidade, como lugar da verdade. E se imaginariamente é a escrita que dá conta desse efeito e não a oralidade, a mídia jornalística se inscreve pela escrita. Ao assistir ao vídeo o sujeito se depara com uma abertura que lembra o telejornal, mas em seguida é posto diante de um dizer diferente do esperado, pois o discurso de quem ocupa o lugar de “jornalista” se inscreve numa prática da oralidade e não da escrita, o que promove a estranheza e o humor no vídeo.

Para Análise de Discurso, tudo que produz sentido é linguagem e é nessa direção Michel Pêcheux afirma que não se pode observar palavra por palavra, mas todo um contexto sócio-histórico. Ao pensar a respeito da “oralidade e escrita” entende-se que há um funcionamento específico, sendo este organizado pela linguagem que é a palavra. Assim, o pensamento se estrutura na língua e estes são inseparáveis, haja vista que a linguagem recorta o pensamento. Em outras palavras, é a linguagem que constitui o pensamento.

Nessa perspectiva, a oralidade pode ser considerada fundante forma de linguagem, pois através da audição, a linguagem foi se constituindo por meio da fala. Vale lembrar que oralidade é diferente de fala. A segunda é a combinação individual da língua. Ao constituir a ciência da linguística, Saussure separa língua e fala,

instituindo a língua como objeto dessa ciência e deixa o funcionamento da fala para ser teorizado em outro momento.

Assim, a Linguística não toma a fala como seu objeto, mas sim a língua. Esse gesto tem consequências, pois, às vezes, o que estamos falando pode estar na ordem da escrita e não da oralidade, uma vez que oralidade existe numa oposição à escrita. “Pensemos em seguida que a passagem da oralidade para a escrita não se deu de imediato e que esta passagem provocou mudanças não só na formalização, mas também na constituição, na circulação do discurso e no pensamento” (DIAS, 2009, p.11).

A escrita foi fundada na tradição ocidental no lugar da verdade (Deus), o princípio desse processo de legitimação e formalização estava mais para a reprodução e transcrição da pronúncia oral, mas logo a Escrita foi se ampliando e garantiu seu modo de significar, sendo uma ordem fixa de maneira convencional, toda a tradição do universo é da escrita, é também um ritual literário. Orlandi ressalta que:

Isso porque, na perspectiva discursiva, a escrita especifica a natureza da memória, ou seja, ela define o estatuto do interdiscurso (o Saber discursivo que determina a produção dos sentidos e a posição dos sujeitos, definindo assim, pelo menos em parte, os processos de individualização do sujeito) (ORLANDI, 2009, p.08).

Tanto a oralidade quanto a escrita são objetos de pesquisa para os estudiosos da Análise de Discurso. Podemos mencionar alguns deles, a professora e pesquisadora Cristiane Dias, desenvolveu um trabalho sobre “A escrita como tecnologia da linguagem”. Neste trabalho, ela destaca o processo de passagem da oralidade para a escrita, enfatiza que inicialmente a comunicação era de ordem oral, mas com o passar dos anos, a sociedade se organiza pautada na palavra escrita. Para apontar esse percurso, precisamos compreender o processo da escrita que começa com a transcrição da oralidade e chega até o momento da era digital. Conforme escreve Dias (2009):

Se a oralidade é a nossa primeira via de acesso à linguagem, a escritura é o que coloca a linguagem na ordem do visual, do olhar, o que antes era da ordem da escuta. Da escuta à escrita temos uma história da produção de sentidos do mundo, a saber, da relação do sujeito com o conhecimento e deste com a tecnologia. A form(a)ulação do conhecimento e o modo como ele circula através da escrita, seja na pedra, no barro, no papiro, no codex, no livro impresso, nos muros da cidade, na tela do computador, é o que temos chamado “tecnologia da linguagem” (DIAS, 2009, p.10).

Dias (2009) compreende o gesto de materializar a escrita como uma tecnologia produzida pelo sujeito que o possibilita conhecer a si mesmo. Nesse sentido, ela coloca que é através da historicidade da escrita, como tecnologia e os sentidos que esta produz, por meio dos diferentes suportes, que se torna então possível observar as diferentes formas de relações sociais.

Para compreendermos a historicidade entre oralidade e escrita não se pode deixar de observar que a escrita percorreu um longo processo. Na Idade Média, a escritura era a única escrita possível “escritura e escrita se identificavam” (GALLO, 1992, p.47), isso significa que a escrita só era pensada na dimensão da escritura, ou seja, verdade absoluta e inquestionável, pois se tratava da palavra de Deus, porém logo a leitura oral em forma de recitação passou a ser pensada como oralidade, na forma de “oralização” da escrita. A autora destaca que:

É importante salientar que, embora a escritura se apresentasse, a princípio, Escrita, sua leitura (oral) era possível, assim como sua recitação, o que me fez perceber duas instancias de oralidade: a primeira que se opõe ao texto escrito, ou seja, a que não é Escrita, nem passível de ser e que eu chamo de oralidade de tipo 1. A segunda instância de oralidade, ao contrário, é a “oralização” da Escrita, sua reprodução com todas as características formais e semânticas, que eu chamo de oralidade de tipo 2. (GALLO,1992, p.48).

Podemos compreender, então, que a escrita satisfazia a oralidade (do tipo 2), enquanto a oralidade (do tipo 1) também passou a corresponder uma escrita. Nesse ínterim, dois processos estavam se confrontando: escrita com o objetivo de produzir um sentido “verdadeiro, único” uma vez que essa ideia de sentido único e verdadeiro é um efeito ideológico que contrapõe a oralidade (e sua transcrição) com objetivo de produzir um sentido “não-transparente, inacabado e ambíguo”. Segundo Solange Gallo (1992, p. 50):

Torna-se possível, então, a ideia de uma outra “verdade” que não aquela produzida pela escritura sagrada. Em última instância torna-se possível a legitimação da Escrita que não é sagrada. Essa Escrita (e sua oralização) produzirá, da mesma forma, um efeito de sentido único e verdadeiro; porém, desta vez tendo como pressuposto não a fé, mas a razão. Novamente dois processos de produção de sentido se entrecruzando-dois efeitos de sentido idênticos, em oposição. Nessa perspectiva podemos compreender a afirmação de Gnerre de que o pensamento linguístico grego tenha apontado o caminho da elaboração ideológica de legitimação de uma variedade linguística de prestígio.

Outra pesquisadora que também trabalha questões discursivas voltadas para a Oralidade e Escrita é Mariza Vieira da Silva. Seu texto, intitulado “Cultura e

Oralidade” (2006), propõe pensar a cultura no interior de uma sociedade de escrita urbana. Ao pensar a questão de língua escrita e língua nacional, a autora afirma que “trata-se de pensar na constituição de um jogo identitário entre brasileiros que refere o sujeito à língua escrita tomada como língua nacional: um sujeito afetado em sua identidade pela língua escrita” (p. 4-5). Desse modo, a estudiosa discute esse impasse de diferenças que produz uma barreira separando esses sujeitos brasileiros que utilizam as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, gerando assim conflitos. Contudo, Mariza Vieira (2006) explica que:

A escrita, em geral, e a escrita alfabética, em particular, instalam uma relação específica dos indivíduos de uma sociedade dada com a linguagem e com a língua falada, marcada por uma separação do sujeito já-falante com a língua que o fez falante. É possível, então, a existência de um sujeito autônomo, pensante, consciente em relação a sua língua materna e às línguas em geral, e de um objeto também autônomo, a ser conhecido: a língua nacional. Do interior dessa metalíngua (imaginária), o sujeito brasileiro – letrado ou não – significa e faz funcionar de uma maneira específica o homem e o mundo, em um espaço-tempo físico e cronológico, onde se estabelecem relações, públicas e privadas, mediadas pelas letras (VIEIRA, 2006, p. 5).

A pesquisadora Carolina Rodríguez Alcalá realizou um estudo voltado à noção de escrita, em seu trabalho “Escrita e gramática como tecnologias urbanas: A cidade na história das línguas e das ideias linguísticas”. A autora afirma que a escrita é uma tecnologia urbana, pois a cidade e a escrita nasceram juntas, conforme os povos foram ocupando as cidades também fixaram suas línguas, primeiramente pela escrita. “A escrita, a gramática e o dicionário são tecnologias do registro, da permanência, que ao instrumentarem a língua permitem instrumentar também o espaço-tempo de vida, participando assim da constituição da cidade” (ALCALÁ, 2011, p. 200).

Ao trazer discussões da área da Análise de Discurso que desenvolvem as noções de oralidade e escrita, podemos compreender a historicidade e a relação de sentidos que as constituem. Por um lado, a oralidade marcada por colocações linguageiras, e, por outro a escrita sistematizando a linguagem.

No gesto de escuta de sentidos sobre oralidade e escrita compreendemos que a escrita foi deixando seu espaço de transcrição da oralidade (do tipo1) e se aproximando da escrita enquanto escrita sagrada, e ambas produziram um efeito de sentido “único”, num processo de legitimação, “na verdade, um e outro são produtos de um processo histórico e político. A legitimidade da Norma é um efeito ideológico. Efeito este que concorre para a produção de um sentido “único” (GALLO, 1992, p. 51).

Sendo assim, a oralidade produz um sentido ambíguo e inacabado, não pelo fato de não estar de acordo com a norma, mas sim por não passar pelo processo de legitimação.

No que tange à prática discursiva jornalística, a relação oralidade e escrita intervém com toda força. Antes de veicular um fato, textualizam o acontecimento num processo de interpretação que vai editar a notícia a partir da constituição ideológica do sujeito na posição de editor-chefe. “Nesse âmbito, esta posição-autor é coagida a obedecer às questões “ético-políticas”, pois a prática de edição o autoriza, em meio à hierarquia no interior dos telejornais, a fazer intervenções nos textos dos redatores” (QUEIROZ, 2004, p. 93-94). Assim, podemos pensar a prática discursiva do telejornalismo como um ritual regido pela ordem da escrita.

A pesquisadora Queiroz (2004), em seu artigo “Tecnologias: formas e sentidos da textualização lacunar telejornalística”, discute o que assevera Foucault sobre o ritual da prática jornalística:

[...] o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciado); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos... não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (QUEIROZ, 2004, p. 39).

Desse modo, podemos compreender o espaço do telejornal como uma fábrica, onde processam o dizer enquanto notícia, antes de ser veiculado (vendido). E nesse sentido podemos pensar sobre a escrita e a oralidade, pois o ritual de textualização da notícia funciona num discurso descritivo-narrativo, ou seja, de acordo com os parâmetros da escrita justamente para produzir o efeito de verdade. No ritual do telejornal, ocorre a oralização da escrita. Esta é a condição de produção historicamente posta no/para o telejornal.

1.1 Processo de análise

O vídeo intitulado “Óleo vaza na bacia” é apresentado pela humorista chamada *Dona Irene* e traz, de forma bastante peculiar, uma notícia sobre o petróleo que vazou e, conseqüentemente, manchou a bacia de Campos, no Rio de Janeiro, fato que ocorreu em novembro de 2011. Este vídeo é apresentado inicialmente com a vinheta e

logotipo usados na abertura do telejornal Plantão da Rede Globo, e após essa abertura, temos um cenário semelhante ao da emissora, em que a humorista, ocupando o lugar de âncora, noticia o acontecimento de um modo que se difere ao que já está naturalizado para o sujeito telespectador, enquanto ritual telejornalístico da rede Globo. Para contextualizar nossa discussão apresentamos abaixo a transcrição da fala de Dona Irene, no modo como ela textualiza no vídeo:

No Rio de Janeiro óleo vaza da bacia! Hum, hum óleo vazando da, da bacia! Eu acredito que a bacia tá furada né?! Num tem como um óleo vazá se não tivé um furo na bacia! Vão pagar 50 milhões para ajeitar! Eu acho é pouco! Pudendo ter economizado esse óleo dessa bacia furada.

No dia 02 de abril de 1982, a Rede Globo divulgou mais um programa do gênero jornalístico intitulado Plantão da Globo trazendo sempre notícias consideradas extraordinárias, com a característica de não ter horário específico para vir ao ar. Normalmente interrompe a programação da emissora para divulgar uma notícia de caráter urgente, a qual ecoa como fato de relevância para a sociedade. O telejornal é produzido e apresentado por jornalistas que estejam de plantão na emissora e que sejam acionados para isso. Na linguagem jornalística é chamado de *Extra*. É um programa que noticia acontecimentos de várias ordens como: guerras, mortes, fenômenos naturais, acidentes, sequestros, atentados, eventos políticos, fatos históricos, do Brasil e do mundo.

Nessas condições, interessa pensar a repetição da vinheta sempre acompanhada de dizeres sobre fatos que são colocados como extraordinários. Um olhar discursivo para o material jornalístico permite dizer que essa relação produz sentidos e constituiu uma memória discursiva, ou seja, para o telespectador já está naturalizado que a vinheta é uma característica do telejornal (da emissora Globo), que mobiliza para um modo de dizer. Nesse sentido, podemos compreender que o telespectador passa ser um sujeito afetado por essa construção de um ritual de linguagem – vinheta + notícias – que se repete ao longo dos anos. O Plantão da Globo é um ritual de linguagem que põe em jogo uma relação do telespectador com a TV e produz imaginários como: somente podemos dar credibilidade a uma notícia se esta for dita dentro das normas da língua escrita, caso contrário pode ser uma farsa, uma brincadeira, outro exemplo, podemos acreditar piamente no que é veiculado pela imprensa televisiva, diferentemente do *YouTube*, entre outros imaginários.

Compreender o modo de abertura do vídeo (logotipo e vinheta da rede globo) como linguagem é muito importante para nossa discussão, pois esta materialidade

coloca/mobiliza o sujeito para/na relação de dizeres postos pelo Plantão da Globo. Como já dissemos, ao assistir o vídeo, vemos a imagem acompanhada pela vinheta e, sendo assim, nós, enquanto espectadores, deparamo-nos com um cenário igual ao da Rede Globo, o que nos permite dizer que até esse momento tudo parece se inscrever no espaço de dizer do telejornalismo, tal como temos no Plantão da Globo. Porém quando a humorista Dona Irene assume o lugar de “jornalista” e começa sua fala sobre o vazamento do óleo, o modo como ela textualiza essa notícia não coincide ao já naturalizado, o que produz o estranhamento, uma vez que a vinheta nos coloca numa relação de sentidos trabalhados pela memória discursiva do jornalismo. Para contextualizar o conceito de memória discursiva, apresentamos abaixo a definição proposta por Pêcheux:

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador. O risco evocado de uma vizinhança flexível de mundos paralelos se deve de fato a diversidade das condições supostas com essa inscrição: é a dificuldade – com a qual é preciso um dia se confrontar – de um campo de pesquisas que vai da referência explícita e produtiva à linguística, até tudo o que toca as disciplinas de interpretação: logo a ordem da língua e da discursividade, a da “linguagem”, a da “significância” (Barthes), do simbólico e da simbolização [...] (PÊCHEUX, 2010, p.50)

Na relação do sujeito com a linguagem do vídeo, a memória discursiva se atualiza, pois a vinheta, logotipo e cenário jogam com esse imaginário de jornal televisivo, neste caso, o Plantão, constituído no/para o sujeito, mas há uma quebra, algo falha, e isso produz o humor.

Conforme o recorte, o dizer da humorista se inscreve na ordem da oralidade: “Eu acredito que a bacia tá furada, NÉ. Num tem como um óleo VAZÁ se não TIVÉ um furo na bacia. Vão pagar 50 milhões para ajeitar, eu acho é pouco, podendo ter economizado esse óleo dessa bacia furada”. A ordem das palavras no enunciado se inscreve em práticas languageiras do cotidiano, assim como acontece numa conversa entre amigos numa praça, num barzinho ou até mesmo numa lanchonete.

Na posição de jornalista, não se pode dizer de qualquer modo, a responsabilidade social impossibilitaria dizer “[...] vão pagar 50 milhões para ajeitar, eu acho é pouco” - uma vez que esse espaço de dizer inscreve o jornalista como um cidadão (brasileiro), portando, um (sujeito) identificado com o modo como o Estado divide responsabilidades no que tange ao patrimônio da nação. “Acho é pouco” aponta outras posições-sujeito e não coincide com aquele sujeito “imparcial” do

telejornal, ou com aquele que se preocupa por haver mais um prejuízo à nação, mas um sujeito que está contra o *Estado*, por não ter dado a atenção devida ao caso, manifestando isso pela ironia.

Como já discutimos o lugar do telejornalismo, cabe agora pensar o funcionamento do *YouTube*, uma vez que o material simbólico que recortamos foi extraído deste site de compartilhamento. Este site foi criado em 2005. É um espaço onde todas as pessoas podem postar seus vídeos. A palavra em inglês *You* traduzida para o português significa *Você*, já a palavra *Tube* significa tubo/canal e, tradicionalmente, é classificada como uma gíria que remete a palavra *Televisão*, construindo assim a função do site, “você na televisão”, pois permite que os usuários assistam, baixem e produzam seus próprios vídeos em formato digital para compartilharem na rede.

A relação que podemos pontuar entre o telejornal e o *YouTube* é que os dois são espaços de dizer, mas as diferenças se colocam nas condições de produção. O telejornal produz a notícia a partir de condições sócio-históricas determinadas, as quais configuram um espaço de dizer que não permite a divulgação do fato de qualquer posição do sujeito. O efeito de controle do sentido se dá pela inscrição à palavra escrita, pois o dizer aí é atravessado pelo *Manual do Telejornalismo* que normatiza até a postura do apresentador – âncora. O *YouTube* não trabalha tais condições de produção, é um espaço de dizer que configura uma dada abertura para que as pessoas postem seus vídeos, independentemente do grau de escolaridade, não determina os movimentos corporais, nem especifica um padrão para o uso da linguagem na relação oral ou escrita, existe sim uma política para as postagens, mas não diz respeito às políticas que regem os telejornais.

Com a observação do vídeo podemos compreender que há um conjunto de linguagem que intervém na produção de sentidos, desde a produção sonora (vinheta, logotipo, cenário) até a fala da dona Irene, esses sentidos produzem efeitos, Orlandi explica que:

Conseqüentemente, podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (ORLANDI, 2009, p.42-43).

Como vimos, a relação de linguagem trabalhada no vídeo analisado joga com o já naturalizado para projetar a quebra do ritual estabilizado, o que provoca o humor e

também o estranhamento no sujeito. Os elementos de linguagem postos em jogo são: imagem, vinheta, cenário, textualização da notícia e a postura da “jornalista” Dona Irene.

A partir da noção trabalhada por Orlandi de que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, conseguimos compreender então o funcionamento do estranhamento e do humor em nosso material de análise. Isso porque, ao longo dos anos, o sujeito que está em constante acompanhamento ao modo como o jornalismo da rede Globo é produzido, já se encontra afetado por esse modo específico, o que sustenta o processo de naturalização da prática jornalística tradicional. Desse modo, o esperado nesse vídeo é o ritual já naturalizado que se estabilizou na linearidade do telejornal desde a vinheta até a postura da jornalista.

No momento em que a Dona Irene começa a falar sobre vazamento do óleo – *No Rio de Janeiro óleo vaza da bacia! Hum, hum óleo vazando da, da bacia! Eu acredito que a bacia tá furada né?! Podemos compreender que “uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva” (ORLANDI, 2009, p.60).* Pela forma com a qual Dona Irene se porta para falar que *o óleo vaza da bacia*, surge a ruptura com os sentidos estabilizados pelos telejornais. Dona Irene diz pela oralidade e rompe com uma historicidade de sentidos trabalhados pela escrita: - *vão, vão pagar cinquenta milhões pá ajeitá, eu acho é poco podendo te economizado esse óleo nessa bacia furada.*

Este modo de dizer aponta sentidos da oralidade e não da escrita, a maneira com que Dona Irene traz a notícia fazendo-a significar em outros gestos de interpretação (pelo desconhecimento) do assunto, pois se expressa diferentemente da normativa “ético-política” (cf. QUEIROZ, 2004). Seu modo de dizer sobre o vazamento do óleo na bacia de Campos, no Rio de Janeiro deixa entender como um acontecimento que não é prejudicial ao patrimônio nacional, nem tampouco para os animais marinhos. Ela não diz do valor de cinquenta milhões na posição ideal de cidadã brasileira, pois se significa enquanto indiferença ao prejuízo econômico ao país. Nessa posição de dizer, Dona Irene rompe à norma “padronizada institucional” dos telejornais que é estruturada pela escrita. A oralidade aí é o lugar de furo, pois permite a fuga aos sentidos outros, uma vez que a escrita, numa sociedade de escrita, não é só um instrumento, ela é estruturante. Isso significa que ela é lugar de

constituição de relações sociais, isto é, de relações que dão uma configuração específica à formação social e aos seus membros.

Por outro lado, a oralidade se configura no lugar do inacabado, da ambiguidade, ou seja, o uso da oralidade dá lugar às várias formas de interpretação, pois a injunção de fechar o sentido se dá com menor força. Para compreendermos esse funcionamento da oralidade analisaremos os dizeres da “jornalista” Dona Irene: *Hum, hum óleo vazando da, da bacia! Eu acredito que a bacia tá furada né?!* Do modo como está dito, o interlocutor pode interpretar como óleo enquanto um óleo comestível. A bacia furada pode ser compreendida como uma bacia enquanto utensílio de cozinha. Então o que ocorre é que o fato divulgado por meio da oralidade ecoa inúmeras possibilidades de sentidos e, assim, não produz a notícia, não produz o imaginário de verdade, fica como uma conversa entre amigos, ou seja, os sentidos se dão em outros espaços de dizer.

Analisemos a expressão - *Eu acho é pouco!* Quando Dona Irene fala que acha é *pouco ter que gastar 50 milhões para ajeitar a bacia*, o interlocutor pode compreender que ela não sabe que esse dinheiro é prejuízo para a nação brasileira ou que ela estaria revoltada com esse acontecimento e, por isso, ela acha é pouco que o Estado (nação) pague pelo erro. Mas o espaço do telejornal é pautado em normas que prezam divulgar a notícia de forma que não provoque a revolta na sociedade, sustentando aí a relação Estado/cidadão. Nessa conjuntura, os jornalistas não podem expressar opiniões que promovam a desordem do Estado, ou seja, o telejornalismo é regido por normas “ético-políticas”, “evitando a deriva dos sentidos” (Queiroz, 2004, p.94). Desse modo, o processo de textualização tem a condição sócio-histórica em que o jornalista faça a oralização da escrita, uma vez que o processo de escrita permite a delimitação dos sentidos.

Outro modo que trabalha a ruptura com o estabilizado no vídeo é a postura de Dona Irene diante às câmeras. Para os telejornais, existe um padrão de postura específico para o apresentador-âncora. Queiroz (2004) afirma que:

Ainda, não podemos deixar de considerar as significações do estereótipo da imagem do apresentador-âncora, construído pela injunção da mídia e da memória discursiva através do *marketing* de simulacro de boa moral, de bons costumes, de família perfeita, de legitimação do saber, da verdade etc. Então, a imagem dos personagens apresentadores-âncoras, junto à assinatura em destaque na tela da televisão e também nos *sites*, funciona como legitimadora da informação a partir de uma representação da posição de autoria produzindo efeitos de sentido de “verdade”, de credibilidade para os telejornais (QUEIROZ, 2004, p.95).

Assim como coloca Queiroz (2004), para os telejornais, a imagem e a postura do apresentador-âncora fazem parte do marketing da imprensa para a venda do produto notícia, pois se o apresentador não se significar com uma postura formal, a notícia não produzirá o efeito de verdade, ou seja, para textualizar a notícia e conseguir vendê-la como verdade, o apresentador não pode se colocar de qualquer forma. O apresentador-âncora só o é se seguir os padrões de postura determinado pela norma “ético-políticas” dos telejornais. Postura que naturalizou a presença formalizada do corpo como próprio da condição de dizer no telejornalismo. Posto esse imaginário, o interlocutor se depara com um vídeo que retoma o ritual do jornalismo (Plantão da Globo), mas neste mesmo ritual, há uma quebra no esperado, pois, quem ocupa o lugar de apresentador-âncora textualiza a notícia de forma oral e faz significar o corpo por gestos informais (corpo contorcido; mão no queixo, etc.). Ocorre no vídeo, uma ruptura da memória discursiva do jornalismo.

Considerações finais

Para empreendimento de nossa discussão, é fundamental ressaltar que essa pesquisa possibilitou a compreensão do funcionamento da língua por um viés discursivo, diferentemente do modo como é vista por outras áreas, pois mostra a relação do sujeito com a língua e a história, e como o sujeito está em relação com a linguagem sem se dar conta dos efeitos que ela promove.

No trabalho desenvolvido podemos compreender os dois espaços marcados e ideologicamente constituídos para o funcionamento da oralidade e da escrita e como estes já estão naturalizados, desse modo esse trabalho deixa ver quais os efeitos possíveis podem ocorrer quando esses dois espaços (oralidade e escrita) são colocados juntos, como acontece no vídeo analisado, começando com a abertura do telejornal (Plantão) que é compreendido como o espaço da formalidade e textualização da escrita e finaliza com a informalidade da postura e com a oralidade, a humorista joga com esses dois lugares para provocar o humor, e esse jogo rompe com a memória do ritual jornalístico televisivo.

Referências

ACHARD, Pierre. [et al.] **Papel da memória**. Tradução e Introdução: José Horta Nunes – 3ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

ALCALÁ-RODRÍGUEZ, Carolina. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos** – UNICAMP. Campinas, SP, V.53, número 2, Julho de 2011. (p. 197-217)

DIAS, Cristiane. A escrita como tecnologia da linguagem. In: **Tecnologias de linguagem e produção do conhecimento**. Coleção HiperS@beres, vol. II, Santa Maria: dez. 2009. Disponível em www.ufsm.br/hipersaberes. Acesso em 30 out. 2013.

GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1992. (coleção Momento).

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD -69). In: GADET, F.; Hak, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethânia S. Mariani [et ed. al] – Campinas: Editora Unicamp, 2010. pp. 59 – 159.

QUEIROZ, Érica Karine Ramos. Tecnologias: formas e sentidos da textualização lacunar telejornalística. In: MORELLO, Rosângela. (org.). **Giros na cidade**: Materialidade do espaço- Campinas, SP: LABEURB/NUDECRI-UNICAMP, 2004. pp. 93 – 101.

SILVA, Telma Domingues. Jornalismo e a divulgação científica. In: **RUA** - Revista do núcleo de desenvolvimento da criatividade da UNICAMP – NUDECRI. Campinas, SP, número 8, março de 2002. (p.129 – 146)

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 8ª ed., São Paulo: Pontes, 2009.

_____. Língua, comunidade e relações sociais no espaço digital. In. DIAS, Cristiane. **E-urbano**: Sentidos do espaço urbano/digital [online]. Campinas: Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2011. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>. Acesso em 14 fev. 2017.

<<https://www.YouTube.com/watch?v=4iZsDKhSp9I>>. Acesso em 10 de jan. de 2017.

Artigo recebido em: 14/02/2017

Artigo aprovado em: 21/06/2017